

Balances Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023					(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
Ativos circulantes					Passivos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	5	97.064	153.464	26.393	Fornecedores	14	49.652	46.712	50.513
Títulos e valores mobiliários	6	1.013	23.433	110.845	Empréstimos e financiamentos	16	23.110	18.115	18.032
Contas a receber de clientes	7	27.589	11.476	23.499	Obrigações sociais e trabalhistas	16	21.457	24.861	16.603
Contas a receber com partes relacio- nadas	18	3.520	19.404	3.020	Processos judiciais	17	36.656	38.268	22.960
Estoques	8	66.793	55.738	51.247	Obrigações tributárias		11.829	11.242	11.705
Impostos a recuperar	10	146.403	137.540	87.513	Imposto de renda e contribuição social		73.797	58.222	28.359
Outros ativos		10.793	8.522	37.641	Contas a pagar com partes relacionadas	18	16.581	13.586	17.746
AFRMM a receber	9	–	26.675	26.675	Adiantamento de clientes		3.253	3.527	15.932
Total dos ativos circulantes		353.175	436.252	366.833	AFRMM a realizar	9	–	26.675	26.675
Não circulantes					Dividendos a pagar		–	–	435
Contas a receber de clientes	7	3.200	4.000	4.800	Passivo de arrendamento	13	24.715	14.840	7.349
Contas a receber com partes relacionadas	18	526.554	299.480	196.461	Outras contas a pagar		1.962	10.322	1.512
Depósitos judiciais	17	27.102	45.980	30.828	Total dos passivos circulantes		263.012	266.370	217.821
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	140.939	43.502	66.042	Passivos não circulantes				
AFRMM a receber	9	93.474	32.033	–	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.144.666	894.929	964.508
Impostos a recuperar	10	30.686	43.800	81.038	Passivo de arrendamento	13	119.914	97.856	16.586
Outros ativos		15.818	15.597	702	AFRMM a realizar	9	93.474	32.033	–
Imobilizado	11	1.505.131	1.424.654	1.441.472	Outras contas a pagar		123	–	–
Intangível	12	28.822	36.733	21.872	Total dos passivos não circulantes		1.358.177	1.024.818	981.094
Bem de direito de uso	13	139.268	138.604	21.239	Patrimnio líquido				
Total dos ativos não circulantes		2.510.994	2.084.383	1.864.454	Capital social	19	979.684	969.596	969.596
Total dos ativos		2.864.169	2.520.635	2.231.287	Reservas de lucros	19	49.321	26.475	648
					Lucros acumulados	–	213.975	233.376	62.128
					Total do patrimônio líquido		1.242.980	1.229.447	1.032.372
					Total dos passivos e patrimônio líquido		2.864.169	2.520.635	2.231.287

Demonstraes das Mutações do Patrimnio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023					(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucro (Prejuízo) acumulado	Reserva de lucros			
Saldo em 31 dezembro de 2022 – Reapresentado		969.596	648	–	12.312	982.556			
Ajustes de períodos anteriores		–	–	–	49.816	49.816			
Saldos em 1º de janeiro de 2023 – Reapresentado		969.596	648	–	62.128	1.032.372			
Lucro líquido do exercício		–	–	–	196.640	196.640			
Reserva de incentivos fiscais		–	–	16.837	(16.837)	–			
Reserva legal		–	8.990	–	(8.990)	–			
Outros		–	–	–	435	435			
Saldo em 31 de dezembro de 2023 – Reapresentado		969.596	9.638	16.837	233.376	1.229.447			
Lucro líquido do exercício		–	–	–	15.757	15.757			
Aumento de capital mediante incorporação de controladas		10.088	–	–	–	10.088			
Reserva de incentivos fiscais		–	–	22.846	(22.846)	–			
Distribuição de dividendos		–	–	(12.312)	(12.312)	–			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		979.684	9.638	39.683	213.975	1.242.980			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)							
1. Contexto operacional – A Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. ("Companhia"), localizada na Av. Verde e Branco, S/N – Itupanema, Barcarena-PA, constituída em 21 de março de 2011, tem por objetivo social a construção, a operação e a exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nesses ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento. Em 02 de dezembro de 2024 as empresas Hidrovias do Brasil – Marabá S.A. e Via Grãos S.A. foram incorporadas pela Companhia, através de um aporte via investimentos realizado pela controladora Hidrovias do Brasil S.A. Este movimento está atrelado a estratégia da Companhia na otimização de sua estrutura societária. Toda transação foi realizada sob controle comum e considerando valor contábil dos ativos e passivos. Os saldos incorporados estão apresentados abaixo:				ros. 2.4 Reforma tributária: No ano-calendário em 2024, o Congresso Nacional aprovou o PLC (Projeto de Lei Complementar) nº 68/2024, convertida na LC nº 214/2025 (publicada em 16 de janeiro de 2025), que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária, em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 32/2023, que estabeleceu a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Permanece inalterada a transição do cenário tributário existente para o modelo instituído pela Reforma, sendo o período de transição entre os anos de 2026 até 2032. Destaca-se ainda que a LC não dispôs as alíquotas de IBS e CBS que serão aplicadas, a partir do início da produção dos efeitos do texto legal. Remanesce em análise, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024 que regularizará o procedimento administrativo relativo ao lançamento tributário do IBS, entre outras disposições. Assim, os impactos dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização de todo o processo de regulamentação normativa. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31			

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – 2.1 Base de preparação: Estas demonstrações financeira referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pela Diretoria em 11 de junho de 2026 e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. 2.2 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira conttua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão includas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa n 3.2 – Reconhecimento de receita; As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão includas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa n 11 – Vida útil dos ativos imobilizados; • Nota explicativa n 17 – Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais; • Nota explicativa n 24 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todos os mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, evidências obtidas de terceiros são analisadas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos imobilizados; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados includos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão includas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa n 24 – Instrumentos finance-							
ros. 2.4 Reforma tributária: No ano-calendário em 2024, o Congresso Nacional aprovou o PLC (Projeto de Lei Complementar) n 68/2024, convertida na LC n 214/2025 (publicada em 16 de janeiro de 2025), que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária, em virtude da promulgação da Emenda Constitucional n 32/2023, que estabeleceu a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Permanece inalterada a transição do cenário tributário existente para o modelo instituído pela Reforma, sendo o período de transição entre os anos de 2026 até 2032. Destaca-se ainda que a LC não dispôs as alíquotas de IBS e CBS que serão aplicadas, a partir do início da produção dos efeitos do texto legal. Remanesce em análise, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei Complementar n 108/2024 que regulamentar o procedimento administrativo relativo ao lançamento tributário do IBS, entre outras disposições. Assim, os impactos dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização de todo o processo de regulação normativa. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. 2.5 Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: As mudanças climáticas figuram entre os principais riscos globais, de acordo com o World Economic Forum (WEF) e devem impactar severamente diversos países e modelos de negócio. Diante deste contexto, a estratégia da Companhia dispõe de uma abordagem de clima orientada pela percepção da resiliência do seu negócio e para a mitigação de aspectos que contribuam para as alterações climáticas. Na frente de mitigação, especificamente, a Companhia opera por meio do modal hidrovrio, considerado carbono eficiente, já que suas emissões de gases de efeito estufa são inferiores a outros modais, como o rodoviário e ferroviário. Para além do seu modelo de negócios, a Companhia dispõe de metas relativas à descarbonização, que envolvem projetos para redução de emissões, bem como gestão e controle destes indicadores. O modal hidrovrio  uma importante alternativa para contribuir para os desafios globais e para as metas brasileiras relativas às ações de mitigação em relação às mudanças do clima. Trata-se de uma opção mais eficiente no uso de combustível por tonelada de carga transportada, que corrobora para o menor impacto relativo a emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em comparação aos demais modais. Com isso, a Hidrovias acredita que contribuir para o desenvolvimento sustentável envolve reunir esforços entre diversos interlocutores, como a Companhia representa um importante elo na cadeia de valor de seus clientes, sendo responsável pelo transporte de seus produtos, sempre está em busca de fomentar as melhores práticas em sustentabilidade e tem como compromisso influenciar seus clientes para que a origem dos produtos transportados seja deforestation-free. Além de operar sob este modelo, a gestão de emissões de GEE e a mitigação de impactos integram o planejamento estratégico da Companhia, que compreende metas de redução e iniciativas para tornar-se Net Zero nos próximos anos. Para suportar essa estratégia, a Hidrovias dispõe de um Programa de Gerenciamento de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que compreende uma série de iniciativas, como treinamentos, reuniões de engajamento, auditorias, acompanhamento das metas, implementação de projetos de mitigação e compensação, e reporte interno e externo, entre outras. O inventário de gases de efeito estufa da Hidrovias é verificado por terceira parte e publicado no Programa Brasileiro do GHG Protocol, na categoria ouro. Por fim, a fim de disseminar suas ações, potencializar suas contribuições e promover uma atuação ainda mais estratégica na sociedade, a Companhia estruturou uma diretriz de atuação social, alinhada aos compromissos assumidos e às melhores práticas, definidas por padrões socioambientais, como os Padrões de Desempenho da <i>International Finance Corporation</i> (IFC). 3. Políticas contábeis materiais – As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. 3.1 Novas normas e interpretações: 3.1.1 Emitidas e vigentes: Uma série de novas normas se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes. Alteração ao CPC 06/IFRS 16: Passivo de Locação em um "Sale and Leaseback" (Transação de venda e retroarrendamento) Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantm. A Companhia avaliou o contudo deste pronunciamento e não identificou impactos. Alterações ao CPC 26/IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante com covenants: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. A Companhia avaliou o contudo deste pronunciamento e não identificou impactos. Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40) Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A Companhia avaliou o contudo deste pronunciamento e não identificou impactos. 3.1.2 Emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e inter-							

Demonstrações do Resultado – Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		Nota 31/12/2024	31/12/2023
			Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	21	835.103	736.966
Custos dos serviços prestados	22	(475.965)	(432.112)
Lucro bruto		359.138	304.854
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(75.361)	(102.812)
Reversão de perdas por impairment		1.798	–
Outras receitas e (despesas)		(16.711)	(36)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		268.864	202.006
Receitas financeiras	23	131.485	250.495
Despesas financeiras	23	(403.651)	(176.403)
Resultado financeiro líquido		(272.166)	74.092
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social		(3.302)	276.098
Corrente	24	(78.377)	(56.918)
Diferido	24	97.436	(22.540)
Lucro líquido do exercício		15.757	196.640
Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		31/12/2024	31/12/2023
			Reapresentado
Lucro líquido do exercício		15.757	196.640
Resultado abrangente do exercício		15.757	196.640

quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, bem como quando for altamente provável que a Companhia receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos. A Companhia reconhece a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas e outras deduções, se aplicáveis. A Companhia não possui obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possuem componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada. No Companhia, a receita de prestação de serviços está representada pelos serviços de elevação, transbordo e navegação, de grãos, como soja e milho e de fertilizantes, cujo quais constituem um sistema integrado de prestação de serviços, no Estado do Pará. Decorrente de condições contratuais, a Companhia pode reconhecer no resultado do exercício receitas decorrente de contraprestações não monetárias de seus clientes, as quais são mensuradas pelo valor justo na data da transação e compõem o ciclo operacional de receitas. As receitas de serviços prestados são reconhecidas em função da efetiva prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas na nota explicativa nº 21. **3.3 Caixa e equivalentes:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.4 Instrumentos financeiros e de patrimônio: Reconhecimento e mensuração inicial: Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: Custo amortizado, valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A Companhia avalia classificação e mensuração dos instrumentos de acordo com o seu modelo de gerenciamento de instrumentos financeiros conforme abaixo: • Custo amortizado: instrumentos financeiros mantidos com o objetivo de receber e cumprir com os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos, as perdas e as variações cambiais são contabilizadas no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: instrumentos financeiros realizados com a finalidade de recebimento e obrigação dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos instrumentos. As alterações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. • Valor justo por meio de outros resultados: instrumentos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas provenientes das alterações no valor justo desses instrumentos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado do período em que ocorrem, independentemente de sua realização. **Classificação e mensuração subsequente:** Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza investimentos de acordo com a política de gestão de caixa. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou o valor realizável líquido, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, as provisões para perdas ajustadas a valor presente. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas os eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. **3.6 Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Adminis-

tração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.7 Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos. **3.8 Redução ao valor recuperável de ativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As estimativas para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como risco e inadimplência quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da estimativa para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A estimativa para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de avaliar a necessidade de baixa do valor contábil bruto com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia (exceto estoques e ativos fiscais diferidos) são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.9 Benefícios a empregados: Benefícios de término de vínculo empregatício:** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa

quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios que estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade de volta, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía saldos contabilizados em suas demonstrações financeiras referente a benefícios de término de vínculo empregatício. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **3.10 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ativos contingentes:** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para refletir uma obrigação presente para os riscos que possam valores que possam ser estimados de forma confiável, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista e que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 17). Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O ativo contingente é divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos. **3.11 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. **3.12 Imposto de renda e contribuição social:** Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de

renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. **3.13 Subvenção e assistências governamentais:** O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor. Esses recursos podem ser utilizados para amortização de financiamento concedidos para aquisição de embarcações. As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contrapartida no resultado como "outras receitas", uma vez atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas. Em 2018, a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração para a Companhia. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 24. **3.14 Arrendamentos:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **4. Representação das demonstrações financeiras:** Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Erro, a Companhia está representando nas demonstrações financeiras comparativas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 devido aos seguintes fatores: • Apresentação dos juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures no fluxo de caixa de financiamentos, anteriormente apresentados como fluxo de caixa operacionais, em alinhamento às práticas contábeis do acionista controlador. Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial e demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa estão apresentados a seguir:

31/12/2023	31/12/2023		31/12/2022	01/01/2023	
	Divulgado	Ajustes		Divulgado	Ajustes
Balanço patrimonial – Ativo	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Impostos a recuperar	120.688	16.852	137.540	73.686	13.827
Demais rubricas do ativo circulante	298.712	–	298.712	279.320	–
Total do ativo circulante	419.400	16.852	436.252	353.006	13.827
Depósitos judiciais	45.339	641	45.980	30.828	–
Ativos fiscais diferidos	19.512	23.990	43.502	29.622	36.420
Demais rubricas do ativo não circulante	1.994.901	–	1.994.901	1.767.584	–
Total do ativo não circulante	2.059.752	24.631	2.084.383	1.828.034	36.420
Total do ativo	2.479.152	41.483	2.520.635	2.181.040	50.247
31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	01/01/2023	01/01/2023
Balanço patrimonial – Passivo	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Obrigações tributárias	10.449	793	11.242	11.274	431
Demais rubricas do passivo circulante	255.128	–	255.128	206.116	–
Total do passivo circulante	265.577	793	266.370	217.390	431
Demais rubricas do passivo não circulante	1.024.818	–	1.024.818	981.094	–
Total do passivo não circulante	1.024.818	–	1.024.818	981.094	–
Reservas de lucros	26.931	896	27.827	648	798
Prejuízo acumulado	192.230	39.794	232.024	12.312	49.018
Demais rubricas do patrimônio líquido	969.596	–	969.596	969.596	–
Total do patrimônio líquido	1.188.757	40.690	1.229.447	982.556	49.816
Total do passivo e patrimônio líquido	2.479.152	41.483	2.520.635	2.181.040	50.247

Demonstração do resultado	2023		2023	Reapresentado	2023	Reapresentado
	Divulgado	Ajustes				
Receita líquida de vendas e serviços	736.966	–	736.966	–	736.966	–
Custos dos serviços prestados	(429.709)	(2.403)	(432.112)	–	(432.112)	–
Lucro bruto	307.257	(2.403)	304.854	–	304.854	–
Receitas (despesas) operacionais	(102.812)	–	(102.812)	–	(102.812)	–
Gerais e administrativas	(102.812)	–	(102.812)	–	(102.812)	–
Outras receitas e (despesas) operacionais	(36)	–	(36)	–	(36)	–
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	204.409	(2.403)	202.006	–	202.006	–
Receitas financeiras	243.084	7.411	250.495	–	250.495	–
Despesas financeiras	(176.403)	–	(176.403)	–	(176.403)	–
Resultado financeiro líquido	66.681	7.411	74.092	–	74.092	–
Resultado operacional e antes do imposto de renda e CSLL	271.090	5.008	276.098	–	276.098	–
Imposto de renda e contribuição social	(55.214)	(1.704)	(56.918)	–	(56.918)	–
Corrente	(10.110)	(12.430)	(22.540)	–	(22.540)	–
Diferido	(45.104)	–	(34.378)	–	(34.378)	–
Lucro do período	205.766	(9.126)	196.640	–	196.640	–

Demonstração do fluxo de caixa	2023		2023	Reapresentado	2023	Reapresentado
	Divulgado	Ajustes				
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas atividades operacionais	318.050	43.831	361.881	–	361.881	–
Caixa líquido (aplicados nas) atividades de investimento	(161.930)	–	(161.930)	–	(161.930)	–

Demonstração do fluxo de caixa	2023		2023	Reapresentado	2023	Reapresentado
	Divulgado	Ajustes				
Caixa líquido gerado pelo fluxo de caixa (as) atividades de financiamento	(29.049)	(43.831)	(72.880)	–	(72.880)	–
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	127.071	–	127.071	–	127.071	–
5. Caixa e equivalentes de caixa – Os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa possuem rentabilidade através de aplicações automáticas, compromissadas e aplicações com prazo definido contratadas nos bancos de movimento, com liquidez diária e baixa probabilidade de mudanças significativas de valor.	127.071	–	127.071	–	127.071	–
Natureza	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa, conta corrente e bancos conta depósito	97.064	153.464	97.064	153.464	97.064	153.464
Total de caixa e equivalentes de caixa	97.064	153.464	97.064	153.464	97.064	153.464
6. Títulos e valores mobiliários – Os saldos mantidos em títulos e valores mobiliários consistem em aplicações financeiras contratadas junto a instituições financeiras, como títulos públicos, privados, entre outros valores mobiliários. As aplicações possuem rentabilidade previamente definida e atrelada aos índices de mercado, com prazos determinados e liquidez não imediata.	127.071	–	127.071	–	127.071	–
Natureza	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de investimento e multimercado	1.013	23.433	1.013	23.433	1.013	23.433
Total de títulos e valores mobiliários	1.013	23.433	1.013	23.433	1.013	23.433

continua ...

continuação

7. Contas a receber de clientes – 7.1 Composição dos saldos

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber registradas no exterior	13.330	1.327
Contas a receber registradas no Brasil	17.459	14.149
Total	30.789	15.476
Circulante	27.589	11.476
Não circulante	3.200	4.000

7.2 Contas a receber por idade de vencimento:

A estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito dos clientes com baixa probabilidade de realização, conforme divulgado na nota de risco de crédito 25.2.1.1 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	23.024	14.114
Vencidos até 30 dias	6.752	1.360
Vencido de 31 a 60 dias	516	2
Vencidos de 61 a 90 dias	–	–
Vencidos de 91 a 120 dias	497	–
Total	30.789	15.476

11. Imobilizado – A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.083	606.369
Adições	23.241	–
Baixas	–	(1.227)
Reversão (constituição) de Impairment	–	–
Transferências	(18)	769
Incorporação societária *	9.307	–
Custo em 31 de dezembro 2024	116.613	607.138
Depreciação acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	(180.197)
Adições	–	(24.368)
Baixas	–	667
Transferências	–	76
Depreciação acumulada em 31 de dezembro 2024	–	(204.565)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	116.613	402.573
Taxa anual de depreciação – %	–	4-5

(*) Refere-se à incorporação societária realizada pela Companhia. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 1.

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	76.164	605.550
Adições	–	1.077
Baixas	–	(511)
Transferências	7.919	819
Custo em 31 de dezembro 2023	84.083	606.369
Depreciação acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	(155.946)
Adições	–	(24.251)
Depreciação acumulada em 31 de dezembro 2023	–	(180.197)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	84.083	426.172
Taxa anual de depreciação – %	–	4-5

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “impairment”

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu no resultado do exercício o montante de R\$ 1.798 referente a reversão de impairment de anos anteriores, devido a recuperabilidade dos ativos. O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentem indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia. A taxa de desconto real foi estimada com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC de 10,50%, (11,76% em 31 de dezembro de 2023). Foi considerado uma taxa de crescimento consistente com a inflação de longo prazo estimada em 4%. O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, bem como os fluxos de caixa foram estimados considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação projetada para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada.

12. Intangível – A composição e movimentação do ativo intangível em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.261	16.060
Adições	–	10.541
Baixas	–	(1.457)
Transferências	7.928	(15.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.189	10.115
Amortização acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(13.588)	–
Adição	(9.894)	(9.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (23.482)	–	(23.482)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	18.707	10.115
Taxa anual de amortização – %	20-50	–

13. Direito de uso e passivo de arrendamento – 13.1 Direito de uso:

A composição e movimentação do direito de uso em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.845	13.973
Adições	–	8.702
Transferências	18.416	(6.615)
Custo em 31 de dezembro 2023	34.261	16.060
Amortização acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(7.946)	–
Adição	(5.642)	(5.642)
Saldo em 31 de dezembro 2023 (13.588)	–	(13.588)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	20.673	16.060
Taxa anual de amortização – %	20-50	–

13.2 Passivo de arrendamento:

Abaixo a movimentação dos

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	21.239	113.453
Admissões temporárias	28.170	–
Amortização	(24.258)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	138.604	138.604
Constituição	34.228	–
Admissões temporárias	3.719	–
Baixas	(10.984)	–
Amortização	(26.299)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	139.268	139.268

8. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Pecas de reposição	43.693	32.612
Materiais de consumo e almoxarifado	17.472	13.476
Combustível	2.713	7.960
Outros	2.915	1.690
Total	66.793	55.738

9. AFRMM

	31/12/2024	31/12/2023
AFRMM (1)	93.474	58.708
Total	93.474	58.708

(1) O AFRMM é um benefício disponível a todas as empresas brasileiras de navegação costeira que operam com embarcação própria ou afretada, conforme descrito em maiores detalhes na nota 26.

10. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ/CSLL (a)	156.858	150.414
IRRF s/ aplicação financeira (b)	10.503	6.287
PIS/COFINS (c)	9.091	24.006
ISS	637	633
Total	177.089	181.340
Circulante	146.403	137.540
Não circulante	30.686	43.800

11. Imobilizado – A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.083	606.369
Adições	23.241	–
Baixas	–	(1.227)
Reversão (constituição) de Impairment	–	–
Transferências	(18)	769
Incorporação societária *	9.307	–
Custo em 31 de dezembro 2024	116.613	607.138
Depreciação acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	(180.197)
Adições	–	(24.368)
Baixas	–	667
Transferências	–	76
Depreciação acumulada em 31 de dezembro 2024	–	(204.565)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	116.613	402.573
Taxa anual de depreciação – %	–	4-5

(*) Refere-se à incorporação societária realizada pela Companhia. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 1.

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	76.164	605.550
Adições	–	1.077
Baixas	–	(511)
Transferências	7.919	819
Custo em 31 de dezembro 2023	84.083	606.369
Depreciação acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	(155.946)
Adições	–	(24.251)
Depreciação acumulada em 31 de dezembro 2023	–	(180.197)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	84.083	426.172
Taxa anual de depreciação – %	–	4-5

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “impairment”

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu no resultado do exercício o montante de R\$ 1.798 referente a reversão de impairment de anos anteriores, devido a recuperabilidade dos ativos. O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentem indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia. A taxa de desconto real foi estimada com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC de 10,50%, (11,76% em 31 de dezembro de 2023). Foi considerado uma taxa de crescimento consistente com a inflação de longo prazo estimada em 4%. O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, bem como os fluxos de caixa foram estimados considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação projetada para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada.

12. Intangível – A composição e movimentação do ativo intangível em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.261	16.060
Adições	–	10.541
Baixas	–	(1.457)
Transferências	7.928	(15.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.189	10.115
Amortização acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(13.588)	–
Adição	(9.894)	(9.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (23.482)	–	(23.482)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	18.707	10.115
Taxa anual de amortização – %	20-50	–

13. Direito de uso e passivo de arrendamento – 13.1 Direito de uso:

A composição e movimentação do direito de uso em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.845	13.973
Adições	–	8.702
Transferências	18.416	(6.615)
Custo em 31 de dezembro 2023	34.261	16.060
Amortização acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(7.946)	–
Adição	(5.642)	(5.642)
Saldo em 31 de dezembro 2023 (13.588)	–	(13.588)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	20.673	16.060
Taxa anual de amortização – %	20-50	–

13.2 Passivo de arrendamento:

Abaixo a movimentação dos

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	21.239	113.453
Admissões temporárias	28.170	–
Amortização	(24.258)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	138.604	138.604
Constituição	34.228	–
Admissões temporárias	3.719	–
Baixas	(10.984)	–
Amortização	(26.299)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	139.268	139.268

16. Obrigações sociais e trabalhistas 31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para bônus e gratificações	10.565	11.305
Férias e encargos	7.293	6.752
INSS a recolher	1.865	4.674
IRRF a recolher	1.121	1.522
FGTS a recolher	613	608
Total	21.457	24.861

17. Processos judiciais – A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo assuntos de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Com base nas informações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Companhia mensurou e reconheceu provisões para contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída esperada de recursos. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.083	606.369
Adições	23.241	–
Baixas	–	(1.227)
Reversão (constituição) de Impairment	–	–
Transferências	(18)	769
Incorporação societária *	9.307	–
Custo em 31 de dezembro 2024	116.613	607.138
Depreciação acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	(180.197)
Adições	–	(24.368)
Baixas	–	667
Transferências	–	76
Depreciação acumulada em 31 de dezembro 2024	–	(204.565)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	116.613	402.573
Taxa anual de depreciação – %	–	4-5

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “impairment”

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu no resultado do exercício o montante de R\$ 1.798 referente a reversão de impairment de anos anteriores, devido a recuperabilidade dos ativos. O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentem indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia. A taxa de desconto real foi estimada com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC de 10,50%, (11,76% em 31 de dezembro de 2023). Foi considerado uma taxa de crescimento consistente com a inflação de longo prazo estimada em 4%. O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, bem como os fluxos de caixa foram estimados considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação projetada para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada.

12. Intangível – A composição e movimentação do ativo intangível em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.261	16.060
Adições	–	10.541
Baixas	–	(1.457)
Transferências	7.928	(15.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.189	10.115
Amortização acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(13.588)	–
Adição	(9.894)	(9.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (23.482)	–	(23.482)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	18.707	10.115
Taxa anual de amortização – %	20-50	–

13. Direito de uso e passivo de arrendamento – 13.1 Direito de uso:

A composição e movimentação do direito de uso em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.845	13.973
Adições	–	8.702
Transferências	18.416	(6.615)
Custo em 31 de dezembro 2023	34.261	16.060
Amortização acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(7.946)	–
Adição	(5.642)	(5.642)
Saldo em 31 de dezembro 2023 (13.588)	–	(13.588)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	20.673	16.060
Taxa anual de amortização – %	20-50	–

13.2 Passivo de arrendamento:

Abaixo a movimentação dos

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	21.239	113.453
Admissões temporárias	28.170	–
Amortização	(24.258)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	138.604	138.604
Constituição	34.228	–
Admissões temporárias	3.719	–
Baixas	(10.984)	–
Amortização	(26.299)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	139.268	139.268

16. Obrigações sociais e trabalhistas 31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para bônus e gratificações	10.565	11.305
Férias e encargos	7.293	6.752
INSS a recolher	1.865	4.674
IRRF a recolher	1.121	1.522
FGTS a recolher	613	608
Total	21.457	24.861

17. Processos judiciais – A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo assuntos de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Com base nas informações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Companhia mensurou e reconheceu provisões para contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída esperada de recursos. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.083	606.369
Adições	23.241	–
Baixas	–	(1.227)
Reversão (constituição) de Impairment	–	–
Transferências	(18)	769
Incorporação societária *	9.307	–
Custo em 31 de dezembro 2024	116.613	607.138
Depreciação acumulada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	–	(180.197)
Adições	–	(24.368)
Baixas	–	667
Transferências	–	76
Depreciação acumulada em 31 de dezembro 2024	–	(204.565)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	116.613	402.573
Taxa anual de depreciação – %	–	4-5

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “impairment”

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu no resultado do exercício o montante de R\$ 1.798 referente a reversão de impairment de anos anteriores, devido a recuperabilidade dos ativos. O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentem indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia. A taxa de desconto real foi estimada com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC de 10,50%, (11,76% em 31 de dezembro de 2023). Foi considerado uma taxa de crescimento consistente com a inflação de longo prazo estimada em 4%. O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, bem como os fluxos de caixa foram estimados considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação projetada para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada.

12. Intangível – A composição e movimentação do ativo intangível em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.261	16.060
Adições	–	10.541
Baixas		

auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas

e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive

as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2026.

 **Ernst & Young Auditores
Independentes S/S Ltda.**
CRC SP 034.519/O

Carlos Augusto Amado Junior
Contador
CRC SP-292320/O

HIDROVIAS DIGITAL OK pdf

Código do documento 8a63630a-945f-4b08-9f11-6f4c86a81e13



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

17 Jun 2026, 09:27:31

Documento 8a63630a-945f-4b08-9f11-6f4c86a81e13 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-06-17T09:27:31-03:00

17 Jun 2026, 09:28:10

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-06-17T09:28:10-03:00

17 Jun 2026, 09:28:48

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 187.255.194.163 (bbffc2a3.virtua.com.br porta: 33644) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2026-06-17T09:28:48-03:00

Hash do documento original

(SHA256):139031968c6eca4546c719b8c0a2fc6ceb1e76ab0af8696dadac6eb6ed6d9a73

(SHA512):14e6d88af0d3da45c62caa0d60b33729411b95709f3330ea06bc6de3bf06e9f9dc03602bc44cfe16e5f2012e92e9e3a58c20ebf3f01f89bc50393f8d71a23a09

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.